



Marcelo Camargo/Agência Brasil

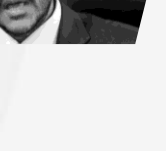
IMPASSE DO IOF

O embate recente entre o governo federal e o Congresso Nacional em torno da manutenção da alíquota elevada do IOF revela um momento de tensão institucional marcado por interesses fiscais urgentes e desafios políticos delicados. A decisão do Executivo de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para tentar reverter a derrubada do aumento do imposto aprovada pelo Legislativo expõe não apenas a busca por equilíbrio orçamentário, mas também o risco de desgaste nas relações entre Poderes em um contexto já fragilizado. Para reforçar o peso dessa disputa, o ministro Alexandre de Moraes foi designado relator da ação no STF, ampliando a expectativa sobre os rumos judiciais dessa controvérsia.

É um tema que exige cuidado e atenção redobrada, pois vai além da discussão técnica sobre impostos. Está em jogo a capacidade de manter diálogo institucional sem gerar rupturas que possam prejudicar a governabilidade. O governo insiste em dizer que não busca confronto e que não houve qualquer traição por parte dos aliados, demonstrando preocupação em manter canais abertos com o Congresso para viabilizar outras medidas de ajuste, como cortes de benefícios fiscais ou novas proposições legislativas. Essa disposição ao diálogo contrasta com a necessidade de dar respostas rápidas à pressão dos mercados e ao compromisso público com o resultado fiscal.

De um lado, o Legislativo reafirma sua prerrogativa de decidir sobre medidas que afetam diretamente a carga tributária, e muitos parlamentares veem com desconforto a tentativa de reverter sua decisão pela via judicial, interpretando-a como desrespeito à autonomia do Congresso. De outro lado, o governo justifica a ação no STF como um instrumento legítimo para garantir a arrecadação necessária, argumentando que medidas como a elevação temporária do IOF já haviam sido discutidas previamente com lideranças parlamentares. Esse contraste de perspectivas evidencia a dificuldade de construir consensos em um ambiente politicamente fragmentado.

O desfecho dessa disputa pode trazer consequências importantes para o andamento das agendas fiscais e para a relação entre os Poderes. Mesmo que a Justiça venha a restabelecer a cobrança mais alta do IOF, o governo terá de lidar com o desgaste político dessa escolha, correndo o risco de enfrentar resistências maiores para aprovar futuros ajustes. Em um momento em que a credibilidade fiscal é observada de perto por investidores e pela sociedade, a solução efetiva para o problema vai depender menos de decisões judiciais isoladas e mais da capacidade de reconstruir pontes políticas, buscando uma negociação mais estável e duradoura para enfrentar os desafios do orçamento público.



“A medida adotada pelo Congresso Nacional acabou por violar o princípio da separação de Poderes. Qual a medida que adotamos? A AGU apresentou uma ação declaratória de constitucionalidade para que o STF possa apreciar a correção, a adequação, do ato do chefe do poder Executivo”.

Jorge Messias,
Ministro da AGU

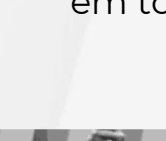
NOVO PLANO SAFRA

O lançamento do Plano Safra 2025/2026, com previsão de R\$ 516 bilhões em crédito para produtores rurais de médio e grande porte, sinaliza a tentativa do governo Lula de fortalecer a produção agropecuária em meio a pressões econômicas e ambientais. Anunciado como o maior volume de recursos já destinado ao setor, o plano busca garantir competitividade e segurança alimentar, ao mesmo tempo em que enfrenta o desafio de atender às cobranças por práticas mais sustentáveis, reduzindo o uso de agrotóxicos e promovendo inovação tecnológica no campo.

É um tema que requer grande sensibilidade, pois envolve não apenas a economia de uma das maiores potências agrícolas do mundo, mas também a preocupação com saúde pública, meio ambiente e compromissos internacionais. O governo tenta equilibrar interesses distintos ao apresentar programas para reduzir o uso de defensivos químicos e estimular alternativas mais seguras, sem abrir mão de apoiar quem sustenta o peso das exportações brasileiras. Esse esforço para dialogar com diferentes setores mostra a necessidade de uma política agrícola mais moderna e responsável, mas também expõe as tensões entre produtividade e preservação.

Produtores e lideranças do agronegócio receberam o aumento dos recursos e a manutenção de linhas de crédito com juros diferenciados como um reconhecimento da importância estratégica do setor para a economia, o emprego e o saldo comercial do país, destacando que o apoio consistente é essencial para evitar quedas na produção e aumento de preços ao consumidor. Ao mesmo tempo, há preocupações levantadas por ambientalistas e setores da sociedade civil sobre o risco de manutenção de práticas que possam impactar negativamente o meio ambiente, com cobranças por metas mais claras para o uso responsável de insumos e para uma transição agroecológica que preserve a eficácia da fiscalização e evite estímulos indiretos ao desmatamento.

As consequências dessa estratégia podem ser decisivas para a imagem do Brasil no comércio internacional e para a capacidade de cumprir compromissos ambientais, como o combate às mudanças climáticas. Caso o plano avance sem mecanismos sólidos de incentivo à sustentabilidade, o país pode enfrentar barreiras comerciais, pressão de consumidores externos e críticas diplomáticas. Por outro lado, se conseguir demonstrar compromisso com inovação e redução de impactos ambientais, poderá não só manter sua competitividade, mas também se consolidar como liderança global em produção agrícola responsável, fortalecendo o diálogo entre campo e cidade em torno de um futuro mais equilibrado.



“O programa demonstra que é possível produzir alimentos em harmonia com o meio ambiente e impulsionar o desenvolvimento agrícola rumo a um novo ciclo de prosperidade em que ninguém fique para trás.”

Marina Silva,
Ministra do Meio Ambiente

DESAFIOS DE POPULARIDADE

A divulgação da pesquisa Quaest sobre a avaliação do governo Lula entre deputados federais revela um retrato complexo das relações políticas em Brasília. Segundo o levantamento, 46% dos parlamentares classificam o governo de forma negativa, enquanto 27% têm avaliação positiva, indicando um clima de desconfiança ou cobrança mesmo com a base formalmente ampla. Esses números evidenciam as dificuldades de consolidar apoio consistente em votações importantes, num cenário em que a fragmentação partidária e os interesses regionais tornam mais difícil a construção de maiorias estáveis.

Em paralelo, a mesma pesquisa mostra que Hugo Motta, presidente da Comissão Mista de Orçamento, tem aprovação positiva de 77% dos deputados governistas e 47% até mesmo entre os opositores. Esse dado sugere que lideranças parlamentares com perfil negociador podem ocupar um papel estratégico para destravar pautas e construir pontes, mesmo em um ambiente marcado por disputas eleitorais e agendas divergentes.

Entre parlamentares, há quem veja esses resultados como um alerta para o governo federal reforçar o diálogo e oferecer contrapartidas políticas mais claras, evitando que tensões se ampliem em votações-chave, especialmente em temas sensíveis como ajuste fiscal ou reformas estruturais. Ao mesmo tempo, alguns aliados destacam que a popularidade de figuras como Hugo Motta mostra a força de uma articulação que privilegia o trato direto, a escuta e o respeito às demandas regionais, sinalizando caminhos para reduzir resistências e buscar consensos pontuais no Congresso.

As consequências desses números podem se refletir no ritmo das negociações legislativas e no grau de governabilidade ao longo do mandato. Um Executivo percebido como pouco atento às pautas do Parlamento pode enfrentar dificuldades maiores para aprovar medidas centrais de sua agenda, enquanto o fortalecimento de lideranças com boa aceitação em diferentes campos partidários pode ajudar a amortecer crises, melhorar a previsibilidade das votações e viabilizar acordos duradouros, favorecendo um cenário mais cooperativo e menos conflituoso.